

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	3
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	4
1.5 Principais clientes	5
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	6
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	7
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	8
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	9
1.10 Informações de sociedade de economia mista	11
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	12
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	13
1.13 Acordos de acionistas	14
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	15
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	16
1.16 Outras informações relevantes	17
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	18
2.2 Resultados operacional e financeiro	20
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	22
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	24
2.7 Destinação de resultados	25
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	28
2.10 Planos de negócios	29
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	30
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	31
3.2 Acompanhamento das projeções	32

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	33
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	35
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	36
4.4 Processos não sigilosos relevantes	37
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	38
4.6 Processos sigilosos relevantes	39
4.7 Outras contingências relevantes	40
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	41
5.2 Descrição dos controles internos	42
5.3 Programa de integridade	44
5.4 Alterações significativas	48
5.5 Outras informações relevantes	49
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	50
6.3 Distribuição de capital	53
6.4 Participação em sociedades	54
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	55
6.6 Outras informações relevantes	56
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	58
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	60
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	61
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	64
7.4 Composição dos comitês	70
7.5 Relações familiares	71
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	72
7.7 Acordos/seguros de administradores	73
7.8 Outras informações relevantes	74
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	75

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	78
8.3 Remuneração variável	82
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	83
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	84
8.6 Outorga de opções de compra de ações	85
8.7 Opções em aberto	86
8.8 Opções exercidas e ações entregues	87
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	88
8.10 Outorga de ações	89
8.11 Ações entregues	90
8.12 Precificação das ações/opções	91
8.13 Participações detidas por órgão	92
8.14 Planos de previdência	93
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	94
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	95
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	96
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	97
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	98
8.20 Outras informações relevantes	99
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	100
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	101
9.4 Outras informações relevantes	102
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	103
10.1 Descrição dos recursos humanos	104
10.2 Alterações relevantes	105
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	106
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	107
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	108
10.5 Outras informações relevantes	109
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	110
11.2 Transações com partes relacionadas	111
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	116
11.3 Outras informações relevantes	117
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	118
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	119
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	120
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	121
12.5 Mercados de negociação no Brasil	122
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	123
12.7 Títulos emitidos no exterior	124
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	125
12.9 Outras informações relevantes	126
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	127
13.1 Declaração do diretor presidente	128
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	129
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	130

1.1 Histórico do emissor

1.1. Breve histórico da Companhia

A Companhia foi constituída em 29 de novembro de 1988, proveniente da cisão parcial do patrimônio líquido da Suzano Holding S.A., atual denominação da NemoFeffer S.A.

Em 1989, a Companhia foi registrada como companhia aberta perante a CVM, após o que as ações de sua emissão foram listadas na BM&FBOVESPA sob o símbolo “**PPAR3**”.

A principal atividade da Companhia é a participação, como sócia, em outras sociedades.

Atualmente, a Companhia detém 643.450 (seiscentas e quarenta e três mil, quatrocentas e cinquenta) ações ordinárias de emissão da Suzano S.A., além de 1.071.148 (um milhão, setenta e um mil e cento e quarenta e oito) ações preferenciais Classe A de emissão da Suzano Holding S.A., correspondente a 0,049% e 0,155%, respectivamente, do capital social das companhias.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pela Companhia e suas controladas

A Companhia tem por objeto participar, como sócia ou acionista, de quaisquer outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

a) Produtos e serviços comercializados

Não aplicável. Devido à natureza de suas operações, a Companhia não obtém receitas de venda de produtos ou prestação de serviços.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Não aplicável.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever

a) características do processo de produção

Não aplicável, devido à natureza das operações da companhia.

B) características do processo de distribuição

Não aplicável.

c) características dos mercados de atuação, em especial:: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

Não aplicável.

d) eventual sazonalidade

Não aplicável.

e) principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando: (a) montante total de receitas provenientes do cliente; e (b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável. Devido à natureza de suas operações, a Companhia não obtém receitas de venda de produtos ou prestação de serviços.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não aplicável. Devido à natureza das operações da Companhia, ela não está sujeita a autorizações governamentais para o exercício de suas atividades.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Não aplicável. Devido à natureza das operações da Companhia, ela não está sujeita ao cumprimento da regulação ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não aplicável.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; (ii) em favor de partidos políticos; (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar: (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia; e (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, a Companhia não obtém receitas relevantes em outros países.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios da Companhia

Não aplicável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG):

a. divulgação de informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga informações ASG por meio de relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

b. metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

c. auditoria ou revisão do relatório ou documento por entidade independente (identificar a entidade, se for o caso)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

d. página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado e se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

f. relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

g. relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

h. realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

i. explicações da Companhia sobre:

(i) a não divulgação de informações ASG

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia, por ser uma empresa Holding, está exposta a riscos de menor complexidade se comparado com uma empresa operacional e não faz relatórios anuais de informações ASG.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade;

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia entende que sua atividade gera baixa emissão de gases de efeito estufa, de forma que não adotou ferramenta de gestão e monitoramento de emissões de gases de efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Não aplicável. Não houve, no último exercício social, aquisição ou alienação de ativos relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia. Todavia, em 20 de março de 2026, a Companhia realizou a aquisição de 306 ações ordinárias de sua própria emissão, detidas pela acionista Suzano Holding S.A., para posterior cancelamento, nos termos do artigo 30, §1º, “b”, da Lei das S.A. e do artigo 4º, IV da Resolução CVM nº 77/22, sem redução de capital. A quantidade de ações adquirida corresponde a 0,138% do total de ações de emissão da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 18 de dezembro de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 500.000,00, mediante a capitalização de parte da Reserva Legal existente em 31 de dezembro de 2024, nos termos do art. 193, §2º da Lei das S.A., atribuindo-se aos acionistas, a título de bonificação, 74.000 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo (a) 34.000 ações ordinárias e (b) 40.000 ações preferenciais, na proporção de 0,5 nova ação para cada ação existente, passando o capital social da Companhia de R\$ 5.300.000,00 para R\$ 5.800.000,00, dividido em 222.000 ações, sendo 102.000 ações ordinárias e 120.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável. Não foi celebrado nenhum acordo de acionistas da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve, no último exercício social, alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos, assim como possui acesso a diferentes fontes de financiamento. No último exercício social a Companhia registrou lucro de R\$ 3.935 mil.

b. estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 47.776 mil, representando um decréscimo de 14,97%, ou R\$ 8.409 mil em relação a 31 de dezembro de 2024, e um decréscimo de 11,37%, ou R\$ 6.129 mil, em relação a 31 de dezembro de 2023. A variação é explicada, em sua maior parte, pelos ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da marcação dos investimentos ao valor justo de mercado, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

Em 20 de março de 2026, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a aquisição, pela Companhia, de 306 ações ordinárias de sua própria emissão, detidas pela Suzano Holding S.A., nos termos do artigo 30, §1º, “b”, da Lei das S.A. e do artigo 4º da Resolução CVM n.º 77/22, sem redução de capital. A quantidade de ações adquirida corresponde a 0,138% do total de ações de emissão da Companhia. Na mesma Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o cancelamento das 306 ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como a alteração do Estatuto Social para refletir o cancelamento das ações. A liquidação da operação da aquisição de ações será realizada em 10 de abril de 2026.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investimentos. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

f. níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia não possui financiamentos, empréstimos ou dívidas relevantes de qualquer natureza.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui financiamentos contratados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

O lucro da Companhia no exercício de 2025 decorreu dos dividendos recebidos e a receber no montante de R\$ 3.587 mil. Em comparação ao ano anterior, em 2024 a Companhia teve lucro e recebeu juros sobre capital próprio no montante de R\$ 2.358 mil.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2025, a Companhia apurou lucro de R\$ 3.935 mil em comparação ao lucro de R\$ 2.168 mil no exercício anterior. Os dividendos recebidos e a receber de suas participações na Suzano Holding S.A. e na Suzano S.A., no montante de R\$ 3.587 mil, mais o resultado financeiro líquido no valor de R\$ 548 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício no valor de R\$ 123 mil e as despesas de provisão do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 77 mil.

(Em milhares de reais)		Exercício findo em		
Abertura dos dividendos e juros sobre capital próprio por companhia	2025	2024	2023	
	Div	Div	Div	
Suzano Holding S.A.	2.869	1.060	660	
Suzano S.A.	718	1.298	749	
	3.587	2.358	1.409	

(Em milhares de reais)		Exercício findo em		
		2025	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais				
Dividendos e juros sobre o capital próprio		3.587	2.358	1.409
Receitas (despesas) operacionais líquidas		(123)	(117)	(210)
Resultado financeiro, líquido		548	457	553
Imposto de renda e contribuição social corrente		(77)	(530)	(250)
Lucro (prejuízo) do exercício		3.935	2.168	1.502

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso da Companhia tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), a Companhia deve: (a) informar o valor das medições não contábeis; (b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; e (c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia não divulgou no decorrer do último exercício social medições não contábeis.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia não divulgou evento subsequente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; (ii) 25% do lucro líquido, no mínimo, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (iii) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O valor remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.

b. regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Com a conversão de 40.000 ações ordinárias em ações preferenciais, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 21 de dezembro de 2017, aos detentores das ações preferenciais ficou assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias. Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros da Diretoria uma participação nos lucros do exercício. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos. Caso seja pago dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros. Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, poderá ser levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

2.7 Destinação de resultados

Não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos.

e. se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui qualquer ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia; (b) natureza e o propósito da operação; e (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que no momento a Companhia não possui plano de negócios.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. Projeções referente ao último exercício social, identificando: (a) objeto da projeção; (b) período projetado e o prazo de validade da projeção; (c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle; e (d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores: (a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário; (b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções; e (c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

a. emissor

A Companhia é uma holding, que não possui ações em circulação e depende das distribuições de lucros, distribuições de dividendos ou juros sobre capital próprio das sociedades de que participa para obter fluxo de caixa.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia não possui controladores ou grupo de acionistas controladores.

De acordo com o Estatuto Social, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual da Companhia, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

A Companhia poderá no futuro captar recursos através de distribuição pública de valores mobiliários de sua emissão, além de recursos adicionais por meio de operações de emissão pública de valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação através de distribuição pública de valores mobiliários conversíveis em ações poderá afetar o valor de suas ações e resultar na diluição da participação de acionistas no capital social.

A venda de ações de emissão da Companhia pelos seus acionistas poderá ser impactada pela volatilidade e falta de liquidez. As ações da Companhia não têm liquidez. A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações pelo preço e na data desejados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

c. suas controladas e coligadas

Não aplicável. Nossa estrutura societária não conta com sociedades controladas e coligadas.

d. seus administradores;

A Companhia não identifica fatores de riscos em suas atividades relacionadas aos seus administradores.

e. seus fornecedores; f. seus clientes

Não aplicável. A Companhia não possui fornecedores e clientes.

g. setores da economia nos quais o emissor atue;

Não aplicável. A Companhia é uma holding e não tem atuação direta em nenhum segmento de atividade.

h. regulação dos setores em que o emissor atue;

A Companhia é uma holding sem atuação direta em segmentos de atividade, não estando, portanto, sujeita a entes reguladores, exceto a CVM, a que estão sujeitas todas as companhias abertas.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável. A Companhia não atua em países estrangeiros.

j. questões sociais; k. questões ambientais; l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Não aplicável. A Companhia é uma holding sem atividades operacionais.

m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não aplicável.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Cinco principais fatores de risco, dentre os enumerados no item 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Apesar de não ter nenhum fator de risco relevante, uma vez que a Companhia é uma holding, que não possui ações em circulação, podemos elencar a dependência das distribuições de lucros, distribuições de dividendos ou juros sobre capital próprio das sociedades de que participa para obter fluxo de caixa, como seu principal risco.

Além disso, para seus acionistas, a venda de ações de emissão da Companhia poderá ser impactada pela volatilidade e falta de liquidez. As ações da Companhia não têm liquidez. A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações pelo preço e na data desejados.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Principais riscos de mercado, qualitativa e quantitativamente, a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A Companhia analisa os fatores de risco que possam afetar o resultado de suas operações financeiras e de investimentos em ações de empresas do segmento de papel e celulose. A Companhia adota política financeira conservadora e mantém confortável posição de caixa lastreada em aplicações financeiras de baixo risco, para honrar compromissos decorrentes do curso normal de suas atividades. Os riscos de mercado e de variação cambial dos investimentos mantidos pela Companhia são gerenciados conforme práticas divulgadas pelas empresas emissoras dos respectivos títulos mobiliários.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas

Não aplicável. Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam partes que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte

Não aplicável. A Companhia não é parte em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

O emissor não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos (incluindo risco de mercado) devido à natureza de suas atividades de participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. Os riscos da empresa estão, consequentemente, vinculados à investida Suzano S.A, que possui políticas específicas para gerenciamento de riscos aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme divulgado em seu formulário de referência.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a).

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui estrutura operacional e de controles internos para esta finalidade, tendo em vista que não possui política formal de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a).

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, que possui natureza de empresa holding, apresenta um ambiente de riscos simplificado não realizando transações negociais com complexidade e frequência comuns a uma empresa operacional; portanto as práticas de controles internos em vigor estão desenhadas a fim de manter o equilíbrio na relação custo x retorno para as atividades de controles.

Para auditar a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre aos diagnósticos da Auditoria Interna e as considerações da Auditoria Externa. A área de auditoria interna, por sua vez, contribui para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está investindo cada vez mais em controles sistêmicos a fim de aprimorá-los.

b) as estruturas organizacionais envolvidas.

A Companhia dispõe da seguinte estrutura para assegurar a elaboração de demonstração financeiras confiáveis:

- Controladoria
- Auditoria Interna
- Auditoria Externa

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pelo responsável pela Auditoria interna e pela Diretora Jurídica.

Esta supervisão é realizada através de atividades de avaliação periódica dos riscos, definição e revisão dos planos anuais de auditoria, monitoramento diário do ambiente regulatório e acompanhamento das ações mitigatórias de risco formalizadas nos relatórios de avaliação dos controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram emitidas recomendações sobre os controles internos pelo auditor independente para o exercício em análise.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia entende que o cenário político-econômico global exige a estruturação de mecanismos de prevenção, detecção e tratamento de riscos corporativos, como no caso de desvios de conduta no relacionamento com a administração pública.

Nesse sentido, considerando que os ativos da Companhia - e consequentemente seus riscos - estão concentrados em investimentos nas empresas Suzano S.A e na sua controladora Suzano Holding S.A., atestamos que estas empresas demonstram seu posicionamento através de documentos internos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta, além de ações internas de promoção à Integridade e Compliance Corporativo.

A Política Anticorrupção da investida Suzano Holding S.A tem como objetivo o combate à corrupção no relacionamento com os agentes da Administração Pública, conforme as diretrizes da Lei nº12.846/13, do Decreto nº 8.420/15 bem como do seu Código de Conduta. O documento orienta quanto às práticas a serem empregadas para evitar atos lesivos à administração pública, fraudes e corrupção, visando garantir os mais altos padrões de integridade alinhados às melhores práticas de Governança Corporativa e Compliance.

As principais diretrizes da Política Anticorrupção da investida incluem: (i) agir de forma transparente, evitando qualquer ação que possa ser interpretada de maneira indevida e/ou não condizente com os negócios da Companhia; (ii) abster-se, em qualquer situação ou circunstância, de prometer, oferecer, induzir e/ou conceder bem de valor ou vantagem, financeira ou não, para um Agente Público ou pessoa relacionada, com o propósito de influenciar decisões ou obter informações privilegiadas e/ou confidenciais sobre oportunidades de negócio, atividades do mercado ou licitações; (iii) não devem fazer parte dos processos decisórios nenhum tipo de favor ou vantagem, assim como brindes, cortesias, entretenimento, doações e contribuições políticas.

5.3 Programa de integridade

A Política Anticorrupção da investida foi aprovada em fevereiro/2024 e não possui validade definida. Entendemos que a Política atende às necessidades da Companhia.

O Programa de Integridade pode ser traduzido como um conjunto de ações e mecanismos internos que promovam a integridade e incentivem à denúncia de irregularidades, garantindo a aplicação efetiva do nosso Código de Conduta, valores, políticas e diretrizes. Abrange e orienta todos os colaboradores – próprios e terceiros, além dos parceiros comerciais. As abordagens tratadas nesse programa são conduzidas baseadas na percepção dos gestores da organização, obtidas através de um questionário de integridade para identificação das áreas sensíveis ao relacionamento com agentes/órgãos públicos, além de temas relacionados à brindes e doações.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são representadas na figura da área de Auditoria Interna.

A Diretoria Executiva define as penalidades com base nas investigações e orientações emitidas pela Auditoria Interna.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Suzano Holding S.A. tem por objetivo comprometer os administradores, gestores, colaboradores e stakeholders da Companhia com os princípios éticos que norteiam a nossa conduta empresarial, além de disseminá-los para a nossa rede de relacionamento que abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

5.3 Programa de integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O processo de avaliação e resposta à inobservância do Código de Conduta, políticas e procedimentos ou, ainda, normas, leis e regulamentações é responsabilidade da Diretoria Executiva. As sanções incluem, mas não se limitam a (i) advertência informal (somente para violações leves de conduta), (ii) advertência formal, (iii) transferência para outra área/posição, (iv) demissão; e/ou (v) demissão, acompanhada de representação civil e/ou criminal.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta aplicável a Suzano Holding foi aprovado pelo Conselho de Administração de sua controlada Suzano S.A, que detém gerenciamento dos riscos de compliance por ser a companhia que conduz prioritariamente os negócios do grupo.

O encaminhamento de eventuais relatos ou denúncias sobre a não-observância do Código de Conduta Suzano poderá ser feito à Ouvidoria Externa, sendo o denunciante, quando identificado, informado do andamento do processo.

O Código de Conduta é um documento público e está disponibilizado na página web do Grupo Suzano no endereço: <http://www.suzanoholding.com.br/governanca/#!/codigo-de-conduta>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

A Companhia conta com um canal aberto de Ouvidoria, sob gestão independente de empresa terceira. As denúncias podem ser anônimas, se assim desejar o denunciante, e podem ser encaminhadas por meio de uma central telefônica ou da Internet.

O canal de denúncia está disponível a todos administradores, terceiros e demais stakeholders. A apuração e resposta das eventuais violações fica a cargo da Auditoria Interna da Suzano Holding.

5.3 Programa de integridade

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve denúncias de desvios, fraudes, irregularidades ou quaisquer atos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DANIEL FEFFER						
011.769.138-08	Brasil	Não	Não	18/12/2025		
Não	Daniel Feffer		Física	011.769.138-08		
18.384	18,078	21.750	18,125	40.134	18,103	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DAVID FEFFER						
882.739.628-49	Brasil	Não	Não	18/12/2025		
Não	David Feffer		Física	882.739.628-49		
18.387	18,081	21.750	18,125	40.137	18,105	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JANET GUPER						
029.123.398-80	Brasil	Não	Não	18/12/2025		
Não	Janet Guper		Física	029.123.398-80		
6.975	6,859	8.250	6,875	15.225	6,868	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JORGE FEFFER						
013.965.718-50	Brasil	Não	Não	18/12/2025		
Não	Jorge Feffer		Física	013.965.718-50		
18.381	18,075	21.750	18,125	40.131	18,102	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RUBEN FEFFER						
157.423.548-60	Brasil	Não	Não	18/12/2025		
Não	Ruben Feffer		Física	157.423.548-60		
18.381	18,075	21.750	18,125	40.131	18,102	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
21.187	20,834	24.750	20,625	45.937	20,721	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
101.695	100,000	120.000	100,000	221.695	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	11
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

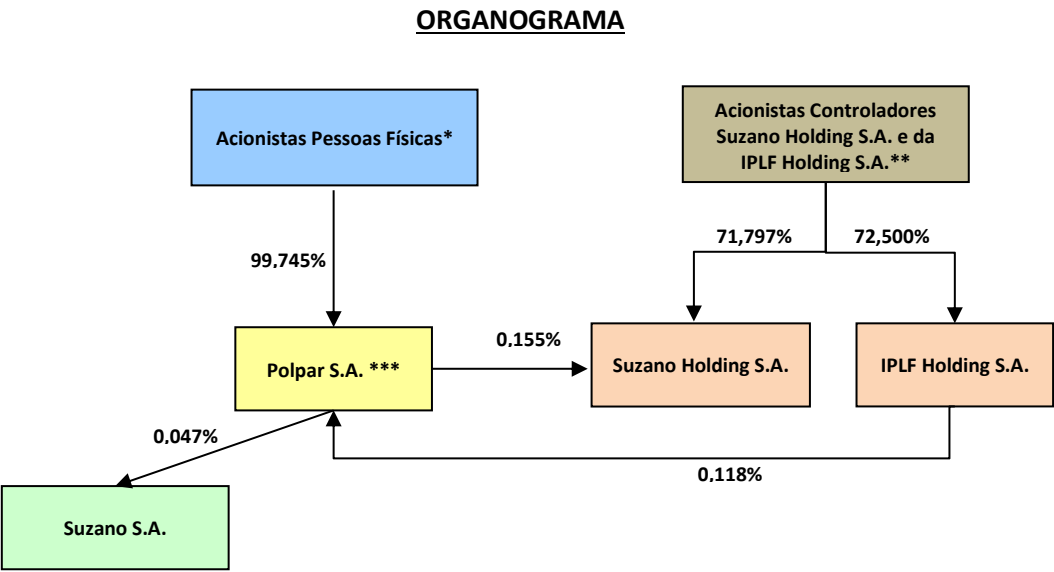
Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	0,155
Suzano S.A.	16.404.287/0001-55	0,049

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: (a) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, (b) principais controladas e coligadas do emissor, (c) participações do emissor em sociedades do grupo, (d) participações de sociedades do grupo no emissor; e (e) principais sociedades sob controle comum



* Acionistas Pessoas Físicas Polpar com mais de 5%: David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Janet Guper.

** Acionistas Controladores Suzano Holding S.A. e da IPLF Holding S.A.: David Feffer, Daniel Feffer, Ruben Feffer, Mikhael H. Feffer e Izabela H. Feffer.

*** A Companhia não possui controladas e coligadas.

OBS: A IPLF Holding S.A. e a Suzano Holding S.A. são sociedades sob controle comum.

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em decorrência da partilha de bens dos autos de Inventário de Fanny Feffer, em 18 de agosto de 2022 foi efetivada a transferência das ações perante o Banco Itaú aos herdeiros da acionista Fanny Feffer, referente a 9.299 ações ordinárias e 11.000 ações preferenciais de sua propriedade de emissão da Companhia, as quais, em conjunto, representam 27,431% do capital social da Companhia ("Partilha").

Os herdeiros são Espólio de Andre Guper, Janet Guper, Lisabeth S. Sander, Ian Baruch Hornett Guper e Pedro Noah Hornett Guper (em conjunto, "Herdeiros").

Por meio da Partilha, os Herdeiros receberam as ações acima referidas nas seguintes quantidades: (i) para Espólio de Andre Guper 2.325 ações ordinárias e 2.750 ações preferenciais; (ii) para Janet Guper, 2.325 ações ordinárias e 2.750 ações preferenciais; (iii) para Lisabeth S. Sander, 2.325 ações ordinárias e 2.750 ações preferenciais; (iv) para Ian Baruch Hornett Guper, 1.162 ações ordinárias e 1.375 ações preferenciais; e (v) para Pedro Noah Hornett Guper, 1.162 ações ordinárias e 1.375 ações preferenciais.

Posteriormente, em 10 de maio de 2023, acionista Lisabeth S. Sander ("Doadora") celebrou o Instrumento Particular de Doação referente a 4.650 ações ordinárias (correspondendo a 6,838% do total de ações ordinárias) e 5.500 ações preferenciais (correspondendo a 6,875% do total de ações preferenciais) de sua propriedade de emissão da Companhia, as quais, em conjunto, representam 6,858% de seu capital social ("Doação"). As donatárias foram suas filhas Nina Guper Sander e Julia Guper Sander (em conjunto, "Donatárias"), que receberam as ações na proporção de 50% cada.

Por força da Doação, a Doadora deixou de deter participação acionária na Companhia e as Donatárias passaram a deter participação inferior a 5% das ações. Nos termos da Doação, foi transferida a nua-propriedade e os direitos políticos (voto) das referidas ações às Donatárias, permanecendo a Doadora com o usufruto econômico vitalício das ações doadas, de modo que os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão a ela devidos.

A Doação foi feita em caráter de adiantamento de legítima, sem o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

Em 8 de maio de 2023, foi emitida a Escritura Eletrônica de Sobrepartilha dos Bens do Espólio de Andre Guper, determinando que 10.152 ações de emissão da Companhia detidas pelo Espólio, correspondentes a 6,859% de seu capital social, fossem sobrepartilhadas a cada um dos herdeiros filhos, sendo 5.077 ações para o Rafael Provenzale Guper (2.327 ações ordinárias e 2.750 ações preferenciais) e 5.075 ações para o Gabriel Provenzale Guper (2.325 ações ordinárias e 2.750 ações preferenciais). A efetiva transferência das referidas ações foi feita pelo banco escriturador Itaú Unibanco S.A. em 01 de setembro de 2023.

Por fim, em 20 de março de 2026, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a aquisição, pela Companhia, de 306 ações ordinárias de sua própria emissão, detidas pela

6.6 Outras informações relevantes

Suzano Holding S.A., nos termos do artigo 30, §1º, “b”, da Lei das S.A. e do artigo 4º da Resolução CVM n.º 77/22, sem redução de capital. A quantidade de ações adquirida corresponde a 0,138% do total de ações de emissão da Companhia. Na mesma Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o cancelamento das 306 ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como a alteração do Estatuto Social para refletir o cancelamento das ações.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia não possui políticas de indicação e preenchimento de cargos.

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros, dentre os quais o Presidente. Os conselheiros são eleitos em assembleia geral para mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo: (i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência; (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações; e (iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva não possuem um processo formal de avaliação de desempenho de seus membros. No entanto, quando é feita a indicação de candidatos para compor o Conselho de Administração e a Diretoria, é levado em consideração o desempenho e assiduidade dos membros durante o mandato anterior.

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não possui procedimento específico para identificar conflitos de interesses. A Lei das S.A. não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

d. por órgão: (i) e (ii) respondido em formulário específico; (iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não acompanha outros indicadores de diversidade para os órgãos da administração e entende que todos os atributos de diversidade relevantes foram divulgados nos itens (i) e (ii).

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia alinhada ao compromisso de diversidade, equidade e inclusão, passou a contar desde 2022 com 3 (três) mulheres na Diretoria Executiva, representando cerca de 75% dos 4 (quatro) assentos.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia, por ser uma holding, não possui uma política de avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	3	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	3	4	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

Nossa Diretoria é composta por 1 (um) Diretor Presidente e de até 3 (três) Diretores, sem designação especial, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos, notadamente a função de Diretor de Relações com Investidores (“Diretores”). O mandato dos Diretores é de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Todos os membros de nossa Diretoria possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919. A nossa Diretora de Relações com Investidores é a Sra. Maria Cecília Castro Neves Ipiña, sendo seu telefone (11) 3503-9069 e seu e-mail cecilian@suzano.com.br.

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais, mediante convocação de qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que tratarem de matéria urgente e que contarem com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente.

As deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, no caso de divergência, recorrer ao Conselho de Administração, sendo sustada a deliberação recorrida até pronunciamento daquele órgão. O nosso Estatuto Social autoriza sejam credenciados pelos Diretores um de seus pares por carta, correio eletrônico ou outro meio de comunicação, a fim de representá-los na reunião da Diretoria e proferidos, da mesma forma, os votos, desde que estes sejam recebidos na sede social até o momento da reunião.

As responsabilidades e atribuições individuais de nossos Diretores são definidas pelo nosso Conselho de Administração e Estatuto Social.

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (a) sem

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, podendo neste caso constituir procurador especial ou preposto; (b) presidir as reuniões da Diretoria; (c) exercer os mais amplos poderes de administração e gerência, praticando todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à administração dos negócios sociais; e (d) coordenar as atividades dos demais Diretores.

Compete aos Diretores sem designação específica, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) desempenhar as funções específicas que lhe forem atribuídas pela Diretoria ou Conselho de Administração; e (b) auxiliar o Diretor Presidente, dentro de suas áreas específicas de atuação, na condução dos negócios sociais e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe sejam estabelecidas: (a) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (b) planejar, coordenar e orientar a comunicação e o relacionamento entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (c) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (d) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (e) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (f) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (g) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandatos dos atuais membros da Diretoria:

Diretores	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
David Feffer	Diretor Presidente	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027
Maria Cecília Castro Neves Ipiña	Diretora de Relações com Investidores	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027
Gabriela Feffer Moll	Diretora Geral de Operações	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Nicole Schulze Blanck	Diretora de Finanças	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027
--------------------------	----------------------	------------	--

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Todos os trabalhos realizados pelo auditor independente, tais como, mas não se limitando, os relatórios das informações contábeis intermediárias e das demonstrações financeiras, são apreciadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, ocasiões estas em que o representante do auditor independente se faz presente.

A Companhia não possui uma política formalizada para a contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade podem ser enviadas através do Canal de Ouvidoria da Companhia.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER CPF: 066.934.078-20 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: Engenheiro Data de Nascimento: 25/04/1942

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos. Claudio Sonder tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico, tendo participado do Conselho de Administração de empresas como Lojas Renner S.A., RBS Participações S.A., Cyrela Brazil Realty SA Empreendimentos e Participações, dentre outras. Entre 1983 e 1993, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) de 2010 a maio de 2022, foi Diretor e desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da Companhia (de abril de 2013 a outubro de 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração); (b) de 2002 a 2022 foi membro do Conselho de Administração (sendo Vice-Presidente desde 2013), membro do Comitê de Gestão e Finanças e do Comitê de Pessoas da Suzano S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (c) de 2010 a maio de 2022 foi Diretor Vice-Presidente Executivo e desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. (de abril de 2013 a outubro de 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração), companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) de 2010 a maio de 2015, foi Diretor e desde abril de 2015, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) de 2011 a abril de 2022 foi Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) de 2010 a 2022 foi membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) de 2010 a março de 2018, foi membro do Conselho de Administração e de março de 2018 a junho de 2021 foi Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (h) de abril de 2015 a abril de 2022 foi Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (i) desde 2011, é membro do Conselho Curador, de 2013 a 2020 foi membro da Diretoria Executiva da Fundação Arymax, fundação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	Atá AGO de 2029	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2026	Não	16/07/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A	Claudio Sonder declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
-----	---

Nome	DAVID FEFFER	CPF:	882.739.628-49	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Empresário	Data de Nascimento:	13/11/1956
------	--------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	------------	---------------------	------------

Experiência Profissional:	Cursou Administração de Empresas no Brasil e possui cursos de especialização na Harvard Business School (EUA), na Columbia University (EUA), no IMD (Suíça), no The Aspen Institute (EUA), no Singularity University (EUA) e na Stanford University (EUA). De 2001 a abril de 2015, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração e desde abril de 2015, é Presidente do Conselho de Administração, sendo também, desde 2001, Diretor Presidente da Companhia, sendo responsável pela orientação geral dos negócios sociais, coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico da companhia, e ainda, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2001, é Presidente do Conselho de Administração da Suzano S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (b) desde 2019 é Coordenador dos Comitês de Gestão e Finanças e membro dos Comitês de Sustentabilidade e Pessoas e, a partir de 2023, foi indicado como coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação da Suzano S.A, no qual é membro desde 2019; (c) desde 2004, é Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico geral; e (d) de 2001 a abril 2015, foi Diretor Vice-Presidente e desde abril de 2015, é Diretor Presidente da Premesa S.A., cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela sua gestão e planejamento estratégico. Também é membro de várias instituições sociais e culturais, dentre as quais se destacam as seguintes atuações: Presidente do Conselho Diretor da Escola ALEF-Peretz; e Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein.
---------------------------	--

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	29/04/2026	Até a AGO de 2029	Presidente do C.A. e Diretor Presidente		29/04/2026	Não	17/05/1999

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	David Feffer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome GABRIELA FEFFER MOLL **CPF:** 315.806.998-98 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis** Administradora de **Data de** 13/12/1983
são: Empresas **Nascimento:**

Experiência Profissional: Graduada em Administração Hoteleira, com MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral e cursos executivos pela Harvard University, Insper e Insead. Em 2010 Gabriela fundou a AG Sport, consultoria especializada na idealização e organização de grandes eventos, na qual era responsável pelo desenvolvimento da área comercial e de estratégia. Em 2015, se juntou a Dotz com atuação nas frentes de business development e implementação de um novo modelo de autoatendimento 100% digital para abertura no mercado de small business. Desde maio de 2022, é Diretora estatutária da Companhia e, ainda, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde maio de 2022, é Diretora da Suzano Holding S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela Gestão Estratégica de Pessoas e Comunicação Corporativa; (b) em 2017 liderou a comunicação de produtos e a transformação digital da Unidade de Papel e Embalagens da Suzano S.A. e após a fusão desta com a Fibria, atuou na célula de integração responsável pelo acompanhamento das sinergias advindas; (c) desde abril de 2022, é membro do Conselho de Administração da Suzano S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (d) desde 2022, é membro dos Comitês de Gestão e Finanças, Sustentabilidade, Estratégia e Inovação e do de Pessoas da Suzano S.A.; e (e) desde maio de 2022, é Diretora das seguintes companhias: IPLF Holding S.A., cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; e Premesa S.A., cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários. De junho de 2021 a dezembro de 2022 foi Vice-presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal. Além disso, Gabriela também é atualmente membro do Comitê de ESG e Pessoas da Bionexo S.A., companhia fechada de tecnologia que oferece soluções digitais para gestão de processos na saúde.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/05/2026	Até a RCA subsequente a AGO de 2027	Outros Diretores	Diretora Geral de Operações da Companhia	14/05/2026		02/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Gabriela Feffer Moll declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome GERALDO JOSÉ CARBONE **CPF:** 952.589.818-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 02/08/1956

Experiência Profissional: Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Atualmente é membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e da Polpar S.A, Diretor da Alden Investimentos Imobiliários Ltda., membro do Conselho Curador da Fundação Arymax, membro do Comitê de Remuneração no Grupo Itaú Unibanco, membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, Presidente do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo, Vice-Presidente do Conselho da Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. Também atua como Sócio Diretor da G/xtrat Consultoria Econômica Ltda. e da GC/Capital Empreendimentos e Participações Ltda., desde 2011. Foi Presidente (1997 a 2006); Vice-Presidente da Divisão de Asset Management (1994 a 1997) e Diretor do Departamento de Economia e da Unidade de Pesquisa de Investimento no Brasil (1991 a 1994) no Bank Boston e atuou como Economista-Chefe na Bunge y Born (1982 a 1987). Também ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente (2008 a 2011) e de membro do Conselho de Administração (2006 a 2008) e (2017 a 2018).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	Até AGO de 2029	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2026	Não	01/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Geraldo José Carbone declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome MARIA CECILIA CASTRO NEVES IPIÑA **CPF:** 938.418.767-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 18/03/1974

Experiência Profissional: Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e com LL.M. (Master of Laws) pela Universidade de Chicago, Cecilia Castro Neves possui mais de 25 anos de experiência profissional na área jurídica, tendo atuado em escritórios no Brasil e em Nova Iorque. Em maio de 2025 foi eleita Diretora de Relações com Investidores da Companhia e da Suzano Holding S.A. É habilitada para o exercício da advocacia tanto no Brasil quanto em Nova York (NY Bar Association).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027	Diretor de Relações com Investidores		14/05/2026		14/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Cecilia Castro Neves declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome NICOLE SCHULZE BLANCK **CPF:** 298.762.838-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 22/09/1979

Experiência Profissional: Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e com MBA pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, Nicole Schulze Blanck possui mais de 25 anos de experiência nas áreas jurídica e financeira, com passagem por escritório de advocacia, grande empresa do setor de consumo e gestora de recursos. Iniciou sua carreira no Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados, onde construiu sólida formação em direito empresarial. Na Cervejaria Ambev, ocupou posições de liderança tanto na área jurídica, com ênfase em direito tributário, quanto na financeira, atuando em controladoria e relações com investidores. Na VELT Partners, gestora de recursos, exerceu as funções de CCO, COO, Diretora Financeira e de Riscos. Em maio de 2026 foi eleita Diretora Financeira da Companhia e da Suzano Holding S.A. É habilitada para o exercício da advocacia no Brasil.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027	Diretor Financeiro		14/05/2026		14/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nicole Schulze Blanck declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês nem órgãos não estatutários de natureza semelhante.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	Polpar S.A.	59.789.545/0001-71	
Diretora Estatutária	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Polpar S.A.	59.789.545/0001-71	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Polpar S.A.	59.789.545/0001-71	
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	Polpar S.A.	59.789.545/0001-71	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Estatutária	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia está coberta pelo seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e ou Administradores (D&O) contratado pela Suzano Holding S.A., o qual visa garantir aos administradores da Suzano Holding S.A. e de outras companhias, incluindo a Polpar, o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não paga qualquer remuneração aos seus administradores, uma vez que sua remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram a Diretoria e/ou o Conselho de Administração.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não aplicável.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não aplicável.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

Não aplicável.

c. Composição da remuneração, indicando

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da

8.1 Política ou prática de remuneração

Companhia;

Não aplicável.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**

Não aplicável.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste;**

Não aplicável.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A Companhia não possui indicadores de desempenho ligados a questões ASG.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Não aplicável.

(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração têm remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas da Companhia.

Diretoria

Os membros da Diretoria têm remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas da Companhia.

Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal eleito para o período.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário da Companhia

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	A Companhia não paga nenhum tipo de remuneração para seus órgãos de Administração.	A Companhia não paga nenhum tipo de remuneração para seus órgãos de Administração.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Não há remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.	Não há remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Não há remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.	Não há remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Não há remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.	Não há remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N/A	N/A		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não pratica remuneração variável.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui programa de remuneração baseada em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possui programa de remuneração baseada em ações/opções.

8.7 Opções em aberto

8.7. Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações/opções.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações/opções.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações/opções.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações/opções.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações/opções.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações/opções.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão¹

COMPANHIA

		30/05/2026		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Polpar S.A.	Ações Ordinárias	18.387	-	-
	Ações Preferenciais	21.750	-	-

^{1 1} Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

8.14 Planos de previdência

8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não possui plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve remuneração no período.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

A Companhia não paga qualquer remuneração aos seus administradores, uma vez que sua remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram a Diretoria e/ou o Conselho de Administração.

Órgão	Exercício social corrente previsto em 31.12.2026	Exercício social encerrado em 31.12.2025	Exercício social encerrado em 31.12.2024	Exercício social encerrado em 31.12.2023
Diretoria Estatutária	-	-	-	-
Conselho de administração	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	011614	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
ADVISER SUL AUDITORES INDEPENDENTES	Juridica	05.690.064/0001-85
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
06/06/2025	01/04/2025	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das informações trimestrais - ITR e anuais - DFP, a data de contratação dos serviços foi 06 de junho de 2025.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2025, corresponde ao montante de R\$ 20.057,18 referentes aos serviços de auditoria prestados, sendo R\$9.037,90 prestado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independente (auditoria anterior) e R\$ 11.019,28 prestado pela Adviser Sul Auditores Independentes. Não houve prestação de outros serviços durante o exercício de 2025.		
Justificativa da substituição		
N/A.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A.		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável, nenhum dos auditores ou pessoas a eles ligadas foram contratados pela Companhia ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor

A Companhia não possui empregados.

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

A Companhia não possui terceirizados.

c. índice de rotatividade

Não aplicável.

10.2 Alterações relevantes

10.2. Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não aplicável.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Políticas de remuneração dos empregados do emissor

a. Política de salários e remuneração variável

Não aplicável.

b. Política de benefícios

Não aplicável.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando (i) Grupo de beneficiários; (ii) Condições para exercício; (iii) Preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável.

d. Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Não aplicável.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
0,00	0,00	0,00
Esclarecimento		
Não há membros remunerados na Companhia.		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Outras informações que a Companhia julgue relevantes

No item 10.1(A), por questões do sistema do EmpresasNet, que não permite deixar o quadro zerado, foram incluídos 1 empregado na linha de liderança e 1 empregado na linha de não liderança. Vale ressaltar que **a Companhia não possui empregados.**

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não tem uma Política de Transações com Partes Relacionadas, uma vez que a Companhia não realiza transações que justifiquem referida adoção.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Acionistas	29/04/2026	934.506,39	934.506,39	934506,39	Indeterminada	0
Relação com o emissor	Acionistas					
Objeto contrato	Dividendo					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Acionistas	18/12/2025	1.275.000,00	1.275.000,00	1275000	Indeterminada	0
Relação com o emissor	Acionistas					
Objeto contrato	Redução capita					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Redução capital					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Holding S.A.	16/12/2025	661.739,19	661.739,19	661739,19403368	Indeterminada	0
Relação com o emissor	Sociedade controlada por acionistas em comum com alguns acionistas da Companhia					
Objeto contrato	Dividendo					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano Holding S.A.	19/12/2025	2.161.602,83	2.161.602,83	2161602,83036753	Indeterminada	0
Relação com o emissor	Sociedade controlada por acionistas em comum com alguns acionistas da Companhia					
Objeto contrato	Dividendo					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Suzano S.A.	10/12/2025	718.468,07	718.468,07	718468,0660125	Indeterminada	0
Relação com o emissor	Sociedade controlada por acionistas em comum com alguns acionistas da Companhia					
Objeto contrato	Dividendo					
Garantia e seguros	Não existe					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Dividendos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas exigidas pela legislação.

A Companhia possui órgãos como Diretoria e Conselho de Administração em pleno exercício de suas funções e responsabilidades, sendo submetida a estes a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita no Estatuto Social vigente. Assim, as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos, o respectivo membro abstém-se de votar, cabendo a decisão aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A operação envolvendo partes relacionadas da Companhia não está sujeita a comparativos com as condições praticadas em mercado por se tratar de dividendos a receber e a pagar e redução de capital a distribuir.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
20/03/2026		4.525.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
101.695	120.000	221.695

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: (a) país; (b) mercado; (c) entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; (d) data de admissão à negociação; (e) se houver, indicar o segmento de negociação; (f) data de início de listagem no segmento de negociação; (g) percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; (h) se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; (i) se houver, banco depositário; e (j) se houver, instituição custodiante.

Não aplicável. A Companhia não possui quaisquer valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o seguinte código de negociação: “PPAR3”.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Não há títulos de emissão da Companhia no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar: (a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; (b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e (c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
David Feffer	Diretor Presidente
Maria Cecilia Castro Neves Ipiña	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas

O Diretor Presidente da Companhia atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:

5BA09BEDD846405...
David Feffer
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas

A Diretora de Relações com Investidores da Companhia atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Signed by:

9D232F6BA0D24AC...
Maria Cecilia Castro Neves Ipiña
Diretora de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.